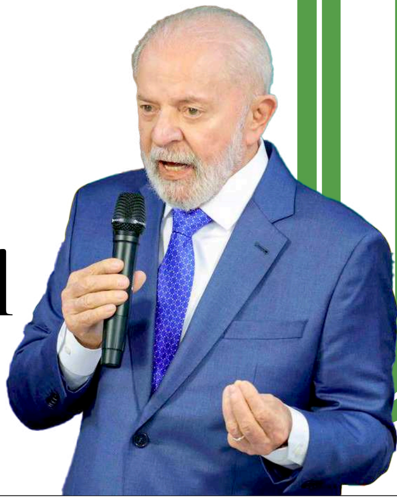
DOMINGO

Lula fará reforma ministerial em março

P. 10



Diário do Nordeste
9 de fevereiro de 2025 Ano 44/Nº15364
DOMINGO
Fundador: Edson Queiroz
www.diáriodonordeste.com.br

Fortaleza corre risco de não obter mais financiamento

Com o caixa praticamente zerado, Fortaleza corre risco de não conseguir mais financiamentos para investir em áreas como saúde, educação e infraestrutura em 2025. No ano passado, 96,19% de toda a receita do município foi comprometida P. 2 e 3

Ceará vence o primeiro Clássico-Rei do ano

P.19



FOTO: DAVI ROCHA

Eufrázio

DESTAQUE

PREFEITURA DE FORTALEZA

FOTO: DIVULGAÇÃO



#Dívida Bruna Damasceno bruna.damasceno@svm.com.br

Caixa quase zerado

"Se fizéssemos uma análise comparativa, seria como se o município de Fortaleza não tivesse condições de ir a um banco contratar um financiamento ou um empréstimo. Ele perdeu, por assim dizer, o avalista; é como se não houvesse mais uma pessoa para garantir, no caso da ausência de recursos financeiros da cidade"

Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior
Professor e coordenador do Observatório de Finanças e Orçamento Público (Obfio) da Uece

Com o caixa quase zerado, Fortaleza corre o risco de não conseguir mais financiamentos para investir em áreas como saúde, educação e infraestrutura em 2025. A ameaça surge devido ao comprometimento de 96,19% de toda a receita do município no ano passado, o que pode rebaixar a nota da Capital no indicador de capacidade de pagamento (Capag) do Tesouro Nacional.

Atualmente, a Capital cearense possui nota "B" no índice em questão. Conforme a metodologia adotada pelo órgão, as notas "A" e "B" possibilitam a contratação de empréstimos a juros baixos e com garantias da União, enquanto as notas "C" e "D" indicam "alto risco", tornando as cidades e estados inelegíveis para obtenção de crédito. Segundo o prefeito Evandro Leitão (PT), o indicador deverá passar por nova avaliação em abril, mas é provável haver alteração para a categoria "C", considerando as "frágeis condições econômicas" encontradas na gestão anterior.

Por isso, afirmou, neste primeiro ano, o foco será "ajeitar a casa e ter um equilíbrio econômico e financeiro". A declaração foi dada em entrevista à Rádio Verdinha (92.5), na última terça-feira (5). Anteriormente, Leitão já havia informado que a dívida atual da Prefeitura é de R$ 4,6 bilhões, também uma "herança" da antiga adminis-

DESTAQUE

Endividada, Fortaleza corre o risco de não obter mais financiamentos com garantia da União; veja impactos. Ameaça existe porque o município pode ter a nota rebaixada no indicador de capacidade de pagamento (Capag) do Tesouro Nacional, caso não equilibre suas finanças



A Secretaria Municipal das Finanças (Sefin) fica no Centro de Fortaleza

tração, segundo ele.

De acordo com Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior, coordenador do Observatório de Finanças e Orçamento Público (Obfio) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), a Capag é um das principais métricas da União para avaliar a saúde financeira dos entes públicos, impactando diretamente a capacidade do município de arcar com suas obrigações.

"Se fizéssemos uma análise comparativa, seria como se o município de Fortaleza não tivesse condições de ir a um banco contratar um financiamento ou um empréstimo. Ele perdeu, por assim dizer, o avalista; é como se não houvesse mais uma pessoa para garantir, no caso da ausência de recursos financeiros da cidade", ilustra.

Conforme estimativa do Tesouro Nacional, com base nos resultados de 2024, Fortaleza encerrará o ano de 2025 com nota C na Capag. O principal problema está no comprometimento de mais 96% da receita (ver imagem abaixo), gerando desequilíbrio no caixa, conforme explica o professor Manuel.

"O indicador II (poupança corrente) relaciona a despesa com a receita corrente, ou seja, as despesas de custeio e as receitas normalmente arrecadadas. Pelos dados, elas estão praticamente empatadas, quase não há caixa", esclarece. A nota foi atualizada pela última vez em 21 de outubro do ano passado e ainda passará por revisões, podendo alterar o resultado.

Impactos

O professor Manuel sublinha que a redução da Capag limita a captação de recursos por municípios e estados, especialmente no Exterior.

"A reforma do Parque Raquel de Queiroz, por exemplo, foi basicamente financiada com recursos externos do Banco Mundial. A melhoria daquela infraestrutura urbana de Fortaleza só foi possível pela contratação dessa operação de crédito. Se a nota cair, isso não será mais possível, até a reversão do quadro", exemplifica.

Ou seja, a queda da nota da Capag gera fortes impactos negativos, inviabilizando o aumento da capacidade em diversos investimentos públicos, que precisarão ser cancelados ou adiados.

Questionada se há financiamentos futuros com o Banco Mundial e outras instituições financeiras que poderão ser adiados por esse motivo, a Secretaria de Finanças (Sefin) enfatizou que "as operações de crédito junto às instituições financeiras, uma vez já contratadas pela Prefeitura de Fortaleza, não poderão ser suspensas por consequência da Nota C da Capag".

"Com a nova classificação, poderá haver o impedimento de novas contratações de bancos com a garantia da União, tornando o processo de captação de recursos junto às instituições financeiras mais limitado e oneroso", completou, em nota.

O professor Manuel pondera, contudo, que o quadro de redução da nota não seja definitivo. "Pelo contrário, é um quadro reversível. A arrecadação maior, que deve ocorrer agora, no primeiro trimestre do ano, deve ser acompanhada por uma contenção dos gastos, e isso vai facilitar a vida do município", avalia.

Além disso, algumas medidas são possíveis para melhorar o caixa e puxar a nota da Capag novamente para cima, conforme aponta o especialista. São elas: renegociação de dívidas; aumento da arrecadação; controle rigoroso das despesas; captação de novas receitas.

Segundo assessoria da prefeitura de Fortaleza, 'como forma de minimizar esse risco, foi apresentado o Pacote de Medidas de Contenção Orçamentária, no último dia 15 de janeiro, com meta de economizar mais de R$ 500 milhões ao longo deste ano".

O plano prevê 12 medidas, incluindo a redução de 20% dos salários do prefeito e secretariado. São elas: redução de 20% do subsídio do prefeito, da vice-prefeita, do secretariado e dos presidentes (fundação, autarquias, empresas públicas e agências); suspensão de todos os contratos e serviços não essenciais ou urgentes; suspensão de licitações de aquisição de produtos e serviços não essenciais; suspensão da admissão de novos servidores terceirizados; redução de 30% dos gastos com servidores comissionados; redução de 25% dos gastos com pessoal contratado por cooperativas; redução de 50% dos valores das gratificações de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (TTR).

Suspensão de diárias

Prevê ainda: redução de 25% do valor dos contratos de Organizações Sociais que prestam serviços à administração; suspensão das diárias e horas extras para servidores, terceirizados e colaboradores (Exceto SMS, IJF e Guarda Municipal); redução de 30% dos gastos com servidores terceirizados; reavaliação imediata de todos os contratos de locação de imóveis e suspensão de concessão de apoio, patrocínio ou subvenções de recursos públicos, para realização de eventos.

A situação de Fortaleza neste início de ano exemplifica a importância de uma agenda sustentável na gestão pública. O terceiro pilar da agenda ESG, a governança, define como o município é administrado, orientado por valores éticos e decisões responsáveis, contribuindo para a transparência e eficiência da aplicação do dinheiro público.

Eufrázio

CEARÁ



#Crianças
#Deportação
#EUA

FOTO: THIAGO GADELHA



Apenas 25% dos deportados (ou seja, 28 brasileiros) estavam com familiares no avião que pousou em Fortaleza

#Deportação

Messias Borges messias.borges@svm.com.br

Perfil divulgado

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou, na madrugada desse sábado (8), o perfil dos 111 brasileiros deportados dos Estados Unidos que chegaram a Fortaleza, nessa sexta-feira (7). Entre os deportados, estavam 8 crianças de até 10 anos e mais 11 crianças e jovens até 20 anos.

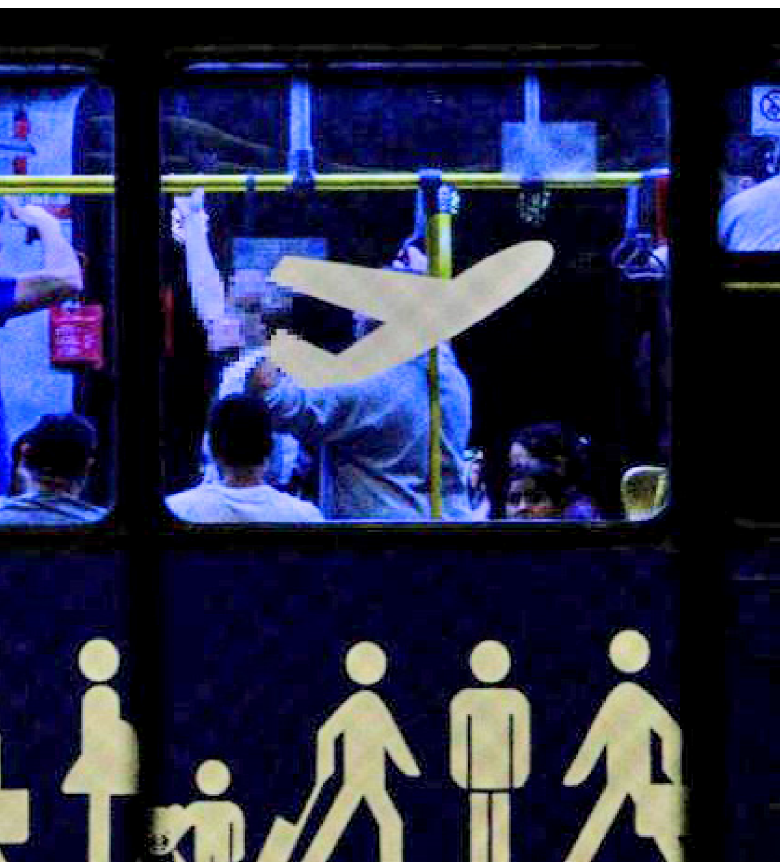
A secretária dos Direitos Humanos do Ceará, Socorro França, revelou que os repatriados chegaram ao Brasil "acorrentados, com algemas", e muitos estavam "machucados emocionalmente". Crianças e seus acompanhantes são vieram algemados nem acorrentados, segundo divulgou o Governo Federal na noite de sexta (7). Após pousar em Fortaleza, 88 brasileiros deportados seguiram em um voo da Força Aérea Brasileira (FAB) para Minas Gerais.

"O pouso na capital do Ceará representa uma redução do tempo de restrição física dos repatriados. A medida subtraiu em cinco horas a chegada ao Brasil, reduzindo o período em que os brasileiros permanecem algemados e acorrentados pelos pés durante o transporte", informou o MDHC. Segundo dados da Polícia Federal (PF), a maioria dos repatriados são homens e jovens. A pessoa mais velha tem 53 anos. E apenas 25% dos deportados (ou seja, 28 brasileiros) estavam com familiares no avião.

Uma mulher transgênero, que estava acompanhada do marido, foi recebida pela Secretaria da Diversidade do Ceará, a pedido da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

A secretária-executiva do MDHC, Janine Mello, elogiou a recepção dada no Ceará aos brasileiros deportados: "O atendimento foi muito bom, considerando que foi a primeira vez em que o Ceará recebeu repatriados. Tivemos um apoio enorme, fizemos um acolhimento humanitário, e as pessoas, quando viam a gente, ficavam aliviadas. Alguns chegaram en-

Oito crianças de até 10 anos estavam no avião que trouxe deportados ao Brasil. Ao todo, 25% dos deportados, ou seja, 28 brasileiros, estavam com familiares no voo. Após pousar em Fortaleza, 88 brasileiros deportados seguiram em um voo da FAB para Minas Gerais



Socorro França, revelou que os repatriados chegaram ao Brasil "acorrentados, com algemas", e muitos estavam "machucados emocionalmente"

vergonhados, mas quando viram como seria a recepção, relaxaram bastante".

O Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), instalado no Aeroporto Internacional de Fortaleza, foi mobilizado para receber os brasileiros repatriados.

Os repatriados tiveram um atendimento multidisciplinar, com assistentes sociais e psicólogos, e também foram orientados para serviços de documentação e regularização migratória. Foi oferecida ainda estrutura com água, alimentação, pontos de energia, internet e banheiro, segundo o MDHC.

O avião com 111 brasileiros repatriados pousou em Fortaleza pouco depois das 16 horas desta sexta-feira (7). O voo partiu do Aeroporto Internacional Rafael Hernández, em Aguadilla, Porto Rico, e a capital cearense foi escolhida para a recepção para evitar o uso prolongado de algemas pelos passageiros em território nacional.

Esse é o segundo voo que chega ao País. Na primeira leva, um avião pousou em Manaus no dia 24 de janeiro com 88 brasileiros que foram mantidos aprisionados. O Ministério da Justiça e Segurança Pública classificou o caso como "flagrante desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros".

As operações de deportação em massa começaram poucos dias após a posse de Donald Trump como presente dos Estados Unidos. Ao longo da campanha presidencial, ele prometeu conter a imigração ilegal nos EUA. Logo no primeiro dia de governo ele assinou ordens destinadas a impedir a entrada de imigrantes ilegais.

Durante a espera pela chegada do avião, uma mãe que estava no saguão do Aeroporto conversou com o Diário do Nordeste. Cearense, o filho dela, João (nome fictício), saiu do Brasil para morar no Canadá, mas há três anos morava nos Estados Unidos.

No dia 2 de janeiro, ele avisou para a mãe que tinha sido detido. Ao longo dos últimos anos, ele viveu em New Jersey e na Flórida, foi motorista e atuou na construção civil. Era um "faz-tudo", conta. "Meu filho não é bandido", disse a mãe. "Ele tinha vontade de morar fora, aqui a pessoa é muito desvalorizada. Era o sonho dele".

Balanço

O Brasil registrou a chegada de 194.331 migrantes em 2024. Os venezuelanos lideram a lista de abrigados, com 94.726 pessoas recebidas pela Operação Acolhida. Os dados são da 8ª edição do Boletim da Migração, divulgado pela Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Segundo a pasta, a reunião familiar foi o principal motivo para as solicitações de abrigo no país, com 16.567 justificativas. Na sequência, vêm trabalho e investimentos, com 14.507 justificativas, e estudo, com 8.725.

Os pedidos para cumprir missão religiosa foram 2,3 mil; para fixar residência em fronteiras somaram 1.966 e receber acolhida humanitária 4.317.

Os dados mostram ainda que, no ano passado, foram pedidas 68.159 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, dos quais, 13.632 já foram concedidos; 24.887 foram extintos, 28.890 arquivados e 318 indeferidos.

"A Venezuela segue como principal nacionalidade entre refugiados reconhecidos (12.726), seguida por Afeganistão (283) e Colômbia (121)", informa o boletim.

Venezuelanos

Em dezembro do ano passado entraram no país 5.837 venezuelanos. O principal ponto de entrada é Pacaraima, em Roraima. Na cidade e em Boa Vista, são ofertados atendimentos da Operação Acolhida, resposta humanitária que oferece suporte ao deslocamento voluntário, seguro e organizado de populações refugiadas e migrantes.

Segundo dados da operação, os venezuelanos que entraram no Brasil vivem, atualmente, em 1.026 municípios de todas as regiões do país. As cidades de Curitiba e Manaus são as que somam maior número de migrantes recepcionados pela operação. No final de janeiro deste ano, as ações da operação chegaram a ser suspensas após a Organização Internacional para as Migrações (OIM), braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para atendimento de migrantes e refugiados, informar o bloqueio do repasse de verbas por 90 dias determinado pelo presidente norte-americano, Donald Trump, no dia 26.

No dia seguinte, o governo federal se reuniu com representantes da organização para discutir o impacto da suspensão das atividades realizadas pela entidade no âmbito da Operação Acolhida. Na ocasião, foi definido que o governo executaria as ações da OIM.

"As autoridades brasileiras estão mobilizadas e seguem em tratativas para reduzir os impactos da ausência das equipes da OIM na operação logística e na gestão de abrigos. Entre as ações emergenciais estão a realocação de servidores das áreas de saúde, assistência social, da Polícia Federal e Defesa para manterem, em caráter emergencial, as atividades essenciais", disse o MJSP em nota.

Segundo o ministério, o grande volume de pessoas migrando da Venezuela indica a necessidade de o "governo federal prosseguir com políticas voltadas à crise humanitária daquele país".

Em relação aos brasileiros no exterior, os dados mostram que, até 2023, 4.996.951 cidadãos brasileiros viviam fora do país.

"As principais regiões de destino são a América do Norte (2,26 milhões) e a Europa (1,67 milhão). Os Estados Unidos seguem como o país com o maior número de brasileiros residentes (2,08 milhões), seguido por Portugal (513 mil)", informou o ministério.

Eufrázio



#Mototáxi
#ZonaAzul
#Açudes

GALERIA DN

FOTO: THIAGO GADELHA



Mototáxi

'Moto Uber' e '99Moto': serviço funciona desde 2021 em Fortaleza sem regulamentação

FOTO: THIAGO GADELHA



Plano Diretor

Documento base do Plano Diretor de Fortaleza passará por nova revisão sem data para virar lei

FOTO: ISMAEL SOARES



Cultura

Pioneiro na periferia, Centro Cultural Bom Jardim já foi terreno desabitado e hoje é espaço que muda vidas

GALERIA DN

FOTO: FABIANE DE PAULA



Zona Azul

Horário da Zona Azul é modificado em mais de 15 pontos em Fortaleza

FOTO: KID JÚNIOR



Açudes

Ceará registra 10 açudes sangrando em oito cidades

FOTO: THIAGO GADELHA



Impostos

Arrecadação no Ceará bate R$ 22,5 bilhões em 2024 e é a maior em seis anos

Eufrázio



Cid
PSB
Alece

PONTO PODER

Cinco pontos para entender os planos do PSB Ceará e de Cid Gomes para 2026. O objetivo principal é "fortalecer o PSB" para montar chapas competitivas para a Alece e a Câmara dos Deputados, mas não para por aí

#Partido

Alessandra Castro, Ingrid Campos e Bruno Leite politica@svm.com.br

Os planos do PSB

A filiação de deputados estaduais no PSB, na sexta-feira (7), movimentou as articulações políticas cearenses de olho na eleição de 2026. Capitaneada pelo senador Cid Gomes, a sigla saiu de zero representantes na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) para a maior bancada partidária da Casa, com 10 deputados em exercício agora filiados.

Ao todo, foram onze dissidentes pedetistas (entre parlamentares licenciados e suplentes) e um do PL, Marta Gonçalves, atraídos para a agremiação – que tem o senador como principal liderança e Eudoro Santana, pai do ministro Camilo Santana (PT), como presidente do diretório estadual.

O evento de recepção dos novos correligionários contou com a presença de prefeitos da legenda, que, no último pleito, conquistou 65 administrações municipais. O número pode ficar ainda maior, já que o próprio Cid revelou que novos gestores devem se juntar ao grupo.

O objetivo principal é "fortalecer o PSB" para montar chapas competitivas para a Alece e a Câmara dos Deputados. O Senado também está no radar, mas o senador e o grupo político governista do Estado têm demonstrado preferências divergentes para uma das duas vagas que serão disputadas.

Na ocasião, Cid defendeu o deputado federal Júnior Mano (PSB) para uma das vagas, caso o PSB tenha direito a indicar um nome após acordo com o grupo.

O aliado é um dos recém-filiados ao partido, tendo deixado o PL para compor o PSB em dezembro do ano

Senador Cid Gomes é um dos principais articuladores políticos do Estado



passado. As divergências acirram os ânimos e têm levado Cid a cogitar uma candidatura a deputado federal em 2026, cobrança que tem sido feita por outros de seus colegas. Nem todos, porém, consideram a ideia coerente.

O PontoPoder reuniu cinco sinalizações das lideranças políticas para 2026 que foram destaques no evento do partido.

Os questionamentos sobre a possibilidade de reeleição para o Senado foram feitos a Cid ainda na chegada ao evento. Primeiro, o senador disse "não descartar nada", mas, no palanque, foi mais direto sobre o que pensa. O ex-governador disse que não tem "nenhuma pretensão" de concorrer a algum cargo específico.

Em seguida, decidiu fazer publicamente a defesa do nome de Júnior Mano como candidato ao Senado. O aliado cidista foi o primeiro deputado federal a migrar para o PSB, após crise interna no PL durante as eleições de 2024.

"Não tenho nenhuma pretensão, juro, mas as pessoas não acreditam. 'Cid, o que é que você quer ser?' Eu não quero ser nada, eu já fui muito mais do que pedi a Deus. (...) Olha o que eu estou dizendo, não estou colocando responsabilidade em ninguém, só na minha responsabilidade: se o PSB tiver uma vaga na composição de uma chapa majoritária lá para frente, o meu candidato é o Júnior Mano a senador. Então, quero deixar isso aqui público".

A fala ocorreu logo após o presidente estadual da sigla, Eudoro Santana, defender a "reeleição do governador Elmano (PT) e do senador Cid Gomes" e expôs as divergências de pensamentos entre os aliados mais ligados ao Palácio da Abolição e o senador.

Ao fim da cerimônia, o governador Elmano de Freitas evitou comentar o assunto, alegando que "que pensar nisso em 2026".

"É um direito do senador dar a opinião dele. Eu desejo conversar sobre isso em 2026, é o que eu desejo, é o que eu vou fazer. O MDB, por exemplo, fala no Eunício (Oliveira, atualmente deputado federal); o PT fala no Guimarães (José Guimarães, também deputado federal). Então, é natural que um líder do PSB fale de um candidato que possa ser seu. É natural do jogo político", disse o governador.



FOTO: ISMAEL SOARES

Já Júnior Mano disse estar "lisonjeado" pela lembrança: "Quem é que não tem interesse? Se você está na política, num quadro profissional, lógico que você quer chegar em um quadro melhor. Na política é isso. Se você está como deputado federal, você almeja sempre ter um cargo no Senado Federal, que é onde eu posso ajudar mais ainda o Estado do Ceará e a política brasileira. E fico lisonjeado de ter sido falado pelo senador Cid Gomes, que é uma grande referência do nosso Estado", pontuou Júnior Mano (PSB).

Já durante o evento, as declarações geraram comentários de bastidores. Teve aliado defendendo o nome de Cid para o Senado, mas questionando o holofote sob Mano. Teve quem defendesse a tese de Cid sair candidato ao cargo de deputado federal, já que poderia obter "500 mil votos" e ajudaria o partido a crescer – ao puxar quadros que não detêm a mesma quantidade de sufrágios.

Com a presença de Elmano de Freitas, o atual governo foi alvo de elogios e acenos dos peessebistas. Em seu discurso, Eudoro Santana ressaltou que a sigla teve uma "trajetória importante" ao decidir apoiar o Governo Elmano ainda em 2023, com a mudança de direção no Estado. Nas eleições de 2022, o partido compôs a coligação adversária, liderada pelo PDT, após rompimento com o PT.

"O papel de um partido como o PSB nesse momento, com todos esses problemas que estamos vivendo no Brasil e no mundo, com essa loucura do presidente dos Estados Unidos (Donald Trump), que nós não sabemos onde vai parar, é fundamental que o conjunto dos partidos do campo progressista no Ceará, como no Brasil, estejam fortalecidos e unidos, trabalhando para, primeiro, fortalecer o projeto do Brasil com Lula e Alckmin", destacou o dirigente.

Eudoro também defendeu a continuidade de Elmano de Freitas no Governo do Estado. "(Devemos) preparar o PSB para a eleição de 2026, quando esperamos não só reeleger o projeto nacional, mas também reeleger o projeto estadual, com o nosso governador, e reelegendo o senador Cid Gomes para a grandeza do Ceará", complementou.

No final de 2024, houve rumores de possível rompimento entre Cid e Elmano. Na época, diferentes lideranças, inclusive o próprio presidente estadual do PSB, saíram em defesa da manutenção da aliança.

Na esteira das declarações de Eudoro, o governador Elmano de Freitas e o senador Cid Gomes usaram o evento dessa sexta-feira para afinar ruídos públicos. Os movimentos são tomados após esse estremecimento recente da relação entre os dois, elos fundamentais da estrutura do bloco governista.

Sob ameaça de deixar o grupo, a insatisfação do senador com a distribuição de espaços de destaque nos núcleos de poder deflagrou, em novembro, uma crise entre ambos, que foi pacificada em cerca de duas semanas.

Compromisso

Posteriormente, ambos reiteraram o compromisso dentro do arco de aliança e negaram ruptura. O evento desta sexta-feira veio como um complemento disso, com acenos claros pela manutenção da boa relação não só entre as duas lideranças, mas entre atores menores nessa dinâmica.

"Se Deus quiser, em 2026, nós vamos botar as três cadeiras do Senado do lado das forças progressistas no estado do Ceará. Só que isso coloca desafios para nós. O mais comum no Ceará é no nosso dia a dia da política, é uma disputa entre partidos da nossa base aliada", pontuou Elmano.

"Nos municípios, disputamos, às vezes. (O embate) foi o PT com o PSB, ou o PSB com o PSD, ou com o MDB, ou o Republicanos com o PP. Partidos que integram uma aliança no Estado, e essa nossa disputa no local às vezes pode ser uma tentação para nós perdermos de vista o que de fato é a disputa da sociedade brasileira, que não é entre nós. É esse campo de aliança que temos no Ceará contra uma extrema-direita", completou o governador.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

O governador Elmano de Freitas e o senador Cid Gomes usaram o evento dessa sexta-feira para afinar ruídos públicos

Posteriormente, ambos reiteraram o compromisso dentro do arco de aliança e negaram ruptura

Eufrázio

PONTO
PODER

Lula deve fazer reforma ministerial até março, mas diz que 'não tem pressa'; Até o momento, o presidente trocou apenas o comando da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom)

#GovernoFederal politica@svm.com.br

Reforma na agenda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estaria pretendendo fazer uma reforma ministerial em etapas. A primeira fase das mudanças vai acontecer em gabinetes do Palácio do Planalto até o começo de março, antes do Carnaval. As informações são do g1.

Dentre os nomes cotados, está a deputada Gleisi Hoffmann (PT) para Secretaria-Geral do Planalto, que substituiria o ministro Márcio Macêdo.

O presidente também deve deslocar o atual ministro Alexandre Padilha para o Ministério da Saúde, no lugar de Nísia Trindade.

Apesar das especulações, Padilha, que atualmente comanda a Secretaria de Relações Institucionais, negou que Lula esteja planejando mudanças no alto escalão do governo. A declaração foi feita ao jornal Estado de S. Paulo, na última segunda-feira (3). No entanto, segundo o g1, outro nome está sendo cotado para a pasta da Saúde, o do ex-ministro Arthur Chioro.

Na segunda fase da reforma, Lula se concentraria em pastas ocupadas por políticos do PT. São elas: Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

De acordo com o portal da TV Globo, o deputado José Guimarães (PT-CE) estaria cotado para a Secretaria de Relações Institucionais, concorrendo com o senador Jaques Wagner (PT-BA).

Já na terceira fase, o presidente pode alterar a lideranças e pastas ocupadas por partidos aliados, como PSB E PSD. Dentre elas, a mais cobiçada pelo Centrão é a da Agricultura, cuja hipótese sugere que Arthur Lira (PP) assuma o cargo.

Conforme apurado pelo g1, algumas mudanças são "impossíveis" de acontecer, na visão de Lula e aliados. Uma delas é Rui Costa, atual ministro da Casa Civil. O outro, o de Alexandre Silveira, que está à frente do Ministério de Minas e Energia.

Sem pressa

Em uma entrevista para uma rádio de Minas Gerais, na última terça-feira (4), Lula chegou a dizer que "não tem pressa" para anunciar uma reforma nos ministérios. "Não tenho pressa, não tenho data, e, sim, e vou fazer ajustes quando eu achar necessário fazer ajustes", declarou.

Até o momento, o presidente apenas trocou o comando da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), quando substituiu Paulo Pimenta por Sidônio Palmeira, no início de janeiro.

Entre as pastas, Saúde e cargos ocupados por membros do PT estão na mira

Dentre os nomes cotados, está a deputada Gleisi Hoffmann (PT) para Secretaria-Geral do Planalto



FOTO: FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Diário

#Eusébio
#Chuvas
#QuedaDeAvião

DESTAQUES DA WEB

Procuradores afastados

Justiça suspende atuação de advogados comissionados na procuradoria do Eusébio



A Justiça determinou o afastamento de procuradores comissionados da Procuradoria-Geral do Eusébio. A decisão da juíza Anne Carolline Fernandes Duarte, da 1ª Vara Cível da Comarca do Eusébio, em ação movida pela Associação de Advogados Públicos de Eusébio. A magistrada suspendeu os efeitos de uma portaria que concedia atribuições de representação judicial e extrajudicial a servidores comissionados, e determinou que essas funções sejam exercidas apenas por advogados públicos concursados. A decisão se baseia em entendimento do STF, que estabelece que atividades da advocacia pública devem ser desempenhadas exclusivamente por profissionais aprovados em concurso.

Chuvas intensas

Ceará tem avisos de chuvas intensas para 102 cidades



Deve chover no Ceará na maioria dos municípios, até a manhã deste domingo (9). O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) divulgou dois avisos de chuvas intensas, que abrangem 102 cidades. As chuvas devem se concentrar em Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Norte e Litoral Oeste do Estado. O aviso de Perigo abrange 15 cidades.

Defeito no motor

Essa pode ser a causa da queda de avião de pequeno porte em SP



Uma falha no motor do avião de pequeno porte, modelo Beechcraft F90 King Air, pode ter ocasionado a queda da aeronave na última sexta-feira (7), em uma avenida da zona oeste de São Paulo. Essa é uma das linhas de investigação. O piloto Gustavo Carneiro Medeiros e o copiloto Márcio Louzada Carpena, que também era proprietário do avião, morreram no acidente.

Vagas para professor na UFC

UFC abre seleção com 21 vagas para professor substituto

A Universidade Federal do Ceará (UFC) publicou, na última terça-feira (3), edital da seleção para professor substituto da instituição. Ao todo, 21 vagas são ofertadas para o preenchimento dos cargos nos campi de Fortaleza, Sobral e Crateús. As inscrições devem ser feita exclusivamente pelo e-mail da unidade ou subunidade pretendida, disponível no edital, a partir do dia 10 de fevereiro.



Aumento negado

Casa Civil nega que governo avalie aumento do Bolsa Família

A Casa Civil negou a informação anunciada pelo ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, de que o Governo Federal avalia aumentar o valor do Bolsa Família. A Pasta disse que não estuda e não discutirá o assunto. O órgão divulgou nota desautorizando Dias, ao negar que exista estudo no governo sobre o tema. Segundo a pasta, o assunto não está na pauta do governo e não será discutido.



OPINIÃO

CHARGE



"Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho." Edson Queiroz

EM DESTAQUE HOJE

Israel bombardeia depósito de armas do Hamas na Síria nesse sábado

Israel bombardeou um depósito de armas do Hamas, nesse sábado (8), na Síria, em meio a uma nova rodada de cessar-fogo na Faixa de Gaza que envolve troca de reféns entre Israel e Hamas. Em comunicado emitido ontem, o exército israelense disse que o alvo foi um local, na cidade síria de Deir Ali, supostamente utilizado pelo grupo palestino para guardar arsenal de fogo. Neste fim de semana, três reféns israelenses foram libertados em troca de 183 presos palestinos.



FOTO:SHUTTERSTOCK

Diário do Nordeste

Diário do Nordeste
Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE - CEP 60135-690

Superintendente do Sistema Verdes Mares: **Ruy do Ceará**; Diretor de Jornalismo e Esporte: **Gustavo Bortoli**; Diretor Comercial: **Erick Picanço Dias**; Gerente de Jornalismo Diário do Nordeste: **Ívila Bessa**; Gerente de Audiovisual: **André Melo**; Gerente de Esporte: **Gustavo de Negreiros**; Gerente de Projetos Especiais: **Ildefonso Rodrigues**; Supervisor da edição em PDF do Diário do Nordeste: **Fernando Maia**; Repórter: **Ideídes Guedes**; Diagramação: **Lincoln Souza e Louise Anne Dutra**. Telefones - Geral **(085) 3266-9999,** Assinaturas e Atendimento ao Assinante: **4001-9191** Programação Comercial: **3266-9148** — As opiniões assinadas não refletem, obrigatoriamente, o pensamento do jornal.

Eufrázio

IDEIAS



Asseio e conservação

Fabiano Barreira´
Presidente do SEACEC

A representatividade é a base para o desenvolvimento de qualquer setor econômico. No segmento de asseio e conservação, onde os desafios são diversos e os avanços dependem de diálogo e inovação, a contribuição sindical se apresenta como uma ferramenta essencial para consolidar conquistas e abrir novas possibilidades.

O Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Ceará (SEACEC) tem atuado com empenho para garantir que as empresas do setor sejam protagonistas em um mercado dinâmico e competitivo. Por meio de negociações trabalhistas equilibradas, suporte técnico e estratégico, e ações voltadas ao reconhecimento e valorização do setor, o SEACEC se firma como um parceiro indispensável para as empresas.

Esses resultados só são possíveis porque acreditamos na força coletiva. A contribuição sindical não é apenas um instrumento financeiro; ela é, acima de tudo, uma expressão de confiança e parceria entre as empresas e seu sindicato. Quando investimos em representatividade, estamos pavimentando um futuro mais estruturado e sustentável para o segmento como um todo.

Os benefícios são claros: maior capacidade de atuação frente às mudanças regulatórias, fortalecimento da imagem do setor junto à sociedade e suporte contínuo para os desafios enfrentados pelas empresas. Cada real investido nessa união retorna como conquistas que impactam positivamente o presente e o futuro.

Quando investimos em representatividade, estamos pavimentando um futuro mais estruturado e sustentável para o segmento como um todo

É com esse espírito de cooperação que seguimos firmes em nossa missão de representar e fortalecer as empresas de asseio e conservação do Ceará. Contamos com o apoio de todos para que, juntos, possamos alcançar novos patamares de excelência e reconhecimento.



Quem não se adapta, perde

Wilson Sá
CEO da PWR Gestão

A recente queda de valor de mercado da Nvidia – uma perda de US$600 bilhões, a maior já registrada por uma empresa em um único dia – serve como um alerta claro para nós sobre a importância da adaptação e da inovação contínuas no mundo dos negócios.

Durante anos, a Nvidia foi a grande protagonista na indústria de microprocessadores, especialmente no segmento de inteligência artificial, onde suas unidades de processamento de gráficos (GPUs) se tornaram essenciais. A empresa surfou nessa onda como poucas, conquistando uma posição de liderança com seu portfólio de chips caros e sofisticados. No entanto, uma falha crítica aconteceu: a confiança excessiva em um modelo de negócios que não se adaptou à mudança da demanda. O mercado de IA começou a buscar soluções mais acessíveis e eficientes. Não foi por acaso que a DeepSeek, com seu modelo de IA R1, desafiou o domínio da Nvidia ao introduzir uma alternativa open source, capaz de operar de forma eficiente sem depender dos chips proprietários da empresa.

Isso é um reflexo claro de como a inovação não pode ser tratada como algo estático. A Nvidia foi pega de surpresa ao perceber que sua proposta de valor, baseada na venda de hardware caro, não era mais a melhor opção diante das novas necessidades do mercado.

O que os empresários podem aprender com isso? Acredito, em primeiro lugar, que a inovação não é um evento isolado, mas um processo contínuo de adaptação. Empresas que não estão dispostas a ajustar seus modelos de negócios às transformações do mercado

O mercado de IA começou a buscar soluções mais acessíveis e eficientes

correm o risco de tornarem-se obsoletas, como ocorreu com a Nvidia, que perdeu a liderança diante de uma concorrência mais ágil e alinhada com as novas demandas. O mercado de tecnologia, especialmente o de IA, exige flexibilidade e visão de longo prazo.

Outro ponto crucial é que a competição nunca é estática. A Nvidia confiou que poderia manter sua liderança apoiando-se em tecnologia proprietária e preços elevados, sem antecipar o movimento do mercado em direção a soluções mais acessíveis. Para os empresários do setor tecnológico, é fundamental compreender que a inovação não se limita à criação de novos produtos, mas também à capacidade de se ajustar rapidamente às mudanças do ambiente competitivo. A lição que fica é simples e contundente: quem não se adapta, perde.



Defesa da democracia

Christiane do Vale Leitão
Presidente da OAB-CE

O ano de 2025 começou com a nobre missão de representar advogadas e advogados como a primeira mulher presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará (OAB-CE) em mais de 90 anos da entidade. É uma honra e uma grande responsabilidade, e simboliza um compromisso coletivo com toda a advocacia que, na sua lida diária, dedica-se incansavelmente a promover a justiça, a equidade e a verdade.

O nosso objetivo é construir uma OAB marcada pela união, inovação e inclusão. Teremos como prioridade avançar nas conquistas já alcançadas, sempre com transparência, diálogo e um olhar atento para todo o estado do Ceará.

Vamos seguir investindo na qualificação profissional, em modernização, em treinamento e em plataformas que facilitem o trabalho dos advogados e das advogadas, na Capital e no Interior. E esses investimentos serão realizados sem abrir mão da responsabilidade fiscal, que continuará norteando nossas decisões, com foco em mais benefícios e serviços à nossa classe.

Não aceitaremos retrocessos. Defenderemos a advocacia com coragem e autonomia. Ao longo dos próximos três anos, vamos trabalhar para que o respeito às prerrogativas, a defesa da independência do Poder Judiciário e a luta pelo acesso à Justiça sejam a tônica da nossa gestão. No que diz respeito à equidade de gênero, as mulheres advogadas contarão com iniciativas que fortaleçam a representatividade e reduzam as desigualdades que ainda persis-

Não aceitaremos retrocessos. Defenderemos a advocacia com coragem e autonomia

tem em nossa profissão, promovendo um ambiente mais justo e acolhedor para todos.

De forma perene, a OAB não apenas representa a advocacia, ela é viva e sempre atenta às demandas da sociedade, e atua como guardiã da Constituição, da cidadania e do Estado Democrático de Direito.

Estamos apenas começando. Ao lado de nossos diretores, conselheiros, presidentes e membros de comissão, presidentes e diretores de subseção, diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará (CAACE) e diretoria da Escola Superior de Advocacia do Ceará (ESA-CE), faremos do Sistema OAB Ceará uma instituição ainda mais forte, independente e valorizada.

Vamos juntos construir um novo capítulo na história da advocacia cearense e cidadania!

Eufrázio



#BNDES
#Satélite
#Desmatadores

PAÍS ESPECIAL

BNDES usa imagens de satélite para barrar empréstimo a desmatadores. Em quase dois anos, R$ 728 milhões deixaram de ser concedidos. Entre todas as unidades da Federação, o Distrito Federal e o Amapá foram os únicos que não tiveram alertas

#MeioAmbiente

pais@svm.com.brs

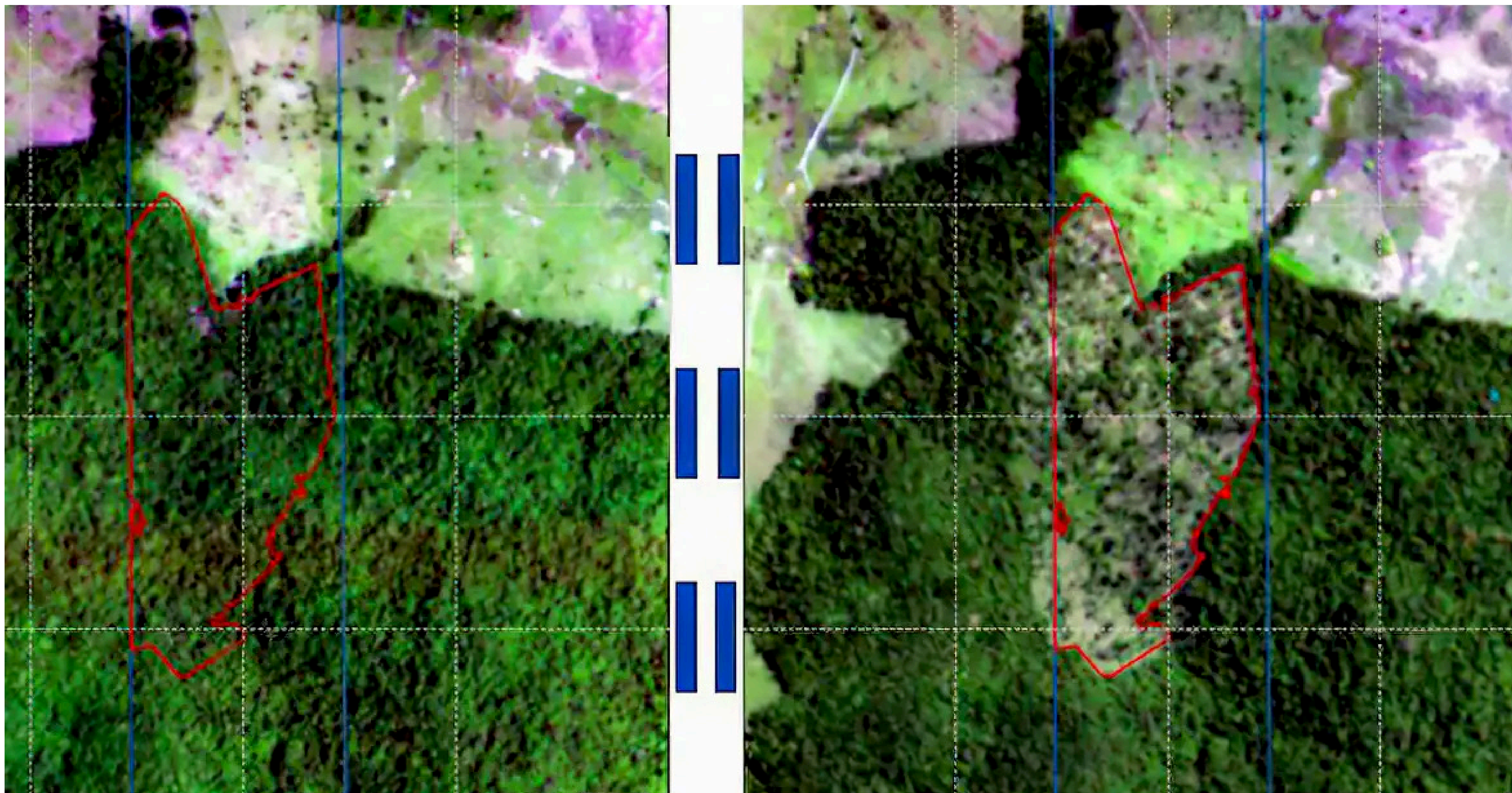


FOTO: IMAGEM SATÉLITE MAPBIOMAS/DIVULGAÇÃO

Imagens de satélite mostra território desmatado

Empréstimos barrados

Desde fevereiro de 2023, uma parceria entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a plataforma MapBiomas evitou que R$ 728 milhões fossem concedidos, em forma de empréstimo, para produtores rurais que tenham terras desmatadas ilegalmente.

A principal ferramenta utilizada pela parceria para barrar esses financiamentos é o monitoramento das áreas verdes por meio de imagens de satélite, acompanhadas pelo MapBiomas, uma rede ambiental que envolve universidades, organizações não governamentais (ONGs) e empresas de tecnologia. Por meio de imagens de alta resolução, a plataforma monitora o uso e a conservação do solo em todos os biomas do país: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa.

De acordo com o BNDES, instituição do governo que fomenta projetos de desenvolvimento, o total embargado equivale a 0,92% dos R$ 79,5 bilhões de crédito rural solicitados ao banco de fevereiro de 2023, quando começou a parceria, até dezembro de 2024.

Nesse período, o MapBiomas repassou ao BNDES 3,4 mil alertas de desmatamento, número que equivale a 1,12% das quase 309 mil solicitações de crédito rural encaminhadas ao banco.

Somente em 2024, foram R$ 393 milhões em empréstimos não autorizados por causa de desmatamento ilegal.

"A integração dos alertas de desmatamento do MapBiomas com a plataforma operacional do BNDES nos permite atuar de forma ágil e precisa na análise dos financiamentos. Dessa forma, evitamos que recursos públicos incentivem práticas que comprometam a preservação ambiental", afirmou a diretora de Crédito Digital para Micro, Pequenas e Médias Empresas do banco,

Maria Fernanda Coelho.

O BNDES informa que não realiza operações de crédito rural para beneficiário final que tenha embargos vigentes listados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em qualquer propriedade, mesmo que não seja a beneficiada pelo financiamento, sem adoção de medidas efetivas de regularização.

Segundo o banco, essa exigência é mais rígida que a do Manual de Crédito Rural (MCR), do Banco Central, que veda a concessão de empréstimo para produtores rurais com embargos localizados somente na propriedade beneficiada.

A parceria com o MapBiomas permite monitorar operações de crédito já concedidas. "Em caso de embargo vigente após a contratação, a liberação de recursos é suspensa até o protocolo de documentos para regularização perante o órgão ambiental. Se isso não ocorrer em até 12 meses, a operação é liquidada antecipadamente", explica o banco.

A Região Norte é a que teve maior percentual de financiamento evitado por causa de desmatamento. Foram 2,1% dos R$ 3,9 bilhões solicitados. Isso representa alertas em 2,5% dos 6,6 mil pedidos no período de quase dois anos.

Já o Nordeste teve maior proporção de solicitações negadas, 2,76% dos mais de 8,4 mil pedidos. Isso equivale a 1,7% dos R$ 5,5 bilhões demandados. A Região Centro-Oeste, principal celeiro do país, apresentou bloqueio de 0,8% dos R$ 18,1 bilhões solicitados e alertas de desmatamento em 1% das 20,2 mil solicitações.

O estado do Amazonas teve os maiores percentuais: 12,67% de financiamentos barrados dos quase R$ 13 milhões solicitados e 6,38% de alertas de desmatamento em 47 solicitações de crédito rural. Entre todas as unidades da Federação, o Distrito Federal e o Amapá foram os únicos que não tiveram alertas.

Amazônia

Levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que analisou mais de 3,5 mil ações do Ministério Público Federal (MPF), mostrou que as responsabilizações pelo desmatamento ilegal da Amazônia aumentaram. No entanto, apenas 5% delas resultaram em indenizações pagas. Além disso, não há garantia de que as multas quitadas sejam aplicadas no próprio bioma.

Punir os desmatadores ilegais da região e recuperar o dano que foi causado é um dos principais desafios da Justiça na área ambiental, diz o Imazon.

Para a pesquisadora do Imazon Brenda Brito, o aumento de casos julgados procedentes e que levam à responsabilização de desmatadores representa um bom resultado. "[É positivo] que os tribunais têm mantido entendimento favorável à condenação nessas ações que utilizam provas obtidas de forma remota, com imagens de satélite e uso de banco de dados. O desafio agora é obter o efetivo pagamento das indenizações e a recuperação das áreas que foram desmatadas."

A pesquisa acompanhou o resultado de ações civis públicas (ACPs) movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) no período de 2017 a 2020, nas três primeiras fases do Programa Amazônia Protege. As ações pedem a responsabilização por desmatamento ilegal do bioma na esfera cível, na qual é possível cobrar indenizações por danos materiais e morais e determinar a recuperação da floresta.

Números

Foram analisadas 3.551 ações, que envolvem 265 mil hectares desmatados e pedem mais de R$ 4,6 bilhões em indenizações. Até dezembro de 2023, 2.028 ações (57% do total) tinham sentença, sendo 695 com algum tipo de responsabilização. Elas incluem 640 ações julgadas procedentes, considerando decisões após o julgamento de recursos, quando juízes ou tribunais aceitaram pelo menos um dos pedidos de responsabilização do MPF.

As 55 ações restantes levaram a termos de ajustamento de conduta (TACs), quando os responsáveis pelo desmatamento ilegal se comprometeram a adotar medidas de reparação. O levantamento mostrou que, somadas, as condenações e os TACs correspondem a 34% das ações com sentenças.

O Imazon diz que, apesar das condenações não serem a maioria entre as decisões, o dado representa um aumento nas responsabilizações. Em estudo anterior, dos 3.551 processos analisados, apenas 650 (18%) tinham sentenças até outubro de 2020 e 51 foram procedentes – seja pelo aceite de pedido do MPF pela Justiça, seja por meio de TAC. Com isso, as responsabilizações correspondiam a 8% das sentenças.

Ainda assim, a maioria das sentenças (66%) não resultou em responsabilização. Até dezembro de 2023, foram 860 (42% dos processos) extintos, quando a Justiça entende que não há provas para uma ação; 268 (13%), julgados improcedentes, quando todos os pedidos do MPF foram negados; 137 (7%), declinados para Justiça Estadual; e 68 (3%), anulados, decisões invalidadas que aguardam nova sentenças.

O Imazon ressalta que a predominância das extinções se deu principalmente até 2020 e por causa das ações com réu incerto, inovação jurídica do Amazônia Protege, quando o MPF move processos por desmatamentos ilegais, mas sem conseguir identificar o réu. O objetivo é que a Justiça embargue a área e impeça qualquer uso econômico dela, o que poderia combater a grilagem.

Em outubro de 2020, no entanto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou entendimento favorável à continuidade de ações por réu incerto, o que tem levado ao aumento de casos procedentes desse tipo após julgamentos de recursos, apontou instituto.

Indenizações

O Imazon concluiu que o cumprimento das responsabilizações ainda é muito baixo. De acordo com a pesquisa, das 640 sentenças procedentes após julgamento de recursos e dos 55 TACs firmados, que determinaram indenizações de R$ 251,9 milhões, apenas 37 (5%) tiveram as indenizações quitadas, no total de R$ 652,3 mil.

Durante o levantamento, o instituto identificou que outros 11 TACs estavam pagando de forma parcelada as sanções correspondentes a R$ 560,7 mil. Além disso, em oito casos, o juiz determinou o bloqueio de valores devidos em contas bancárias dos réus, somando R$ 78,1 mil. Com isso, os valores já pagos e em pagamento correspondem a 0,5% do total de R$ 251,9 milhões devidos.

De acordo com o Imazon, a pesquisa identificou ainda a falta de garantia da aplicação das indenizações no próprio bioma. Ainda que o MPF tenha solicitado a destinação dos valores aos órgãos ambientais na maioria das ações, o levantamento indica que fundos públicos foram o destino majoritário das sentenças, como os fundos de Direitos Difusos e Nacional de Meio Ambiente.

"Resoluções e recomendações do CNJ [Conselho Nacional de Justiça] já permitem direcionar esses valores para atividades na Amazônia, o que seria o ideal. Por exemplo, com repasses para instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que realizem projetos de recuperação de vegetação nativa ou para o combate às queimadas. Para isso, os tribunais e o MPF precisam publicar editais de convocação para cadastro e análise de projetos", afirma a pesquisadora Brenda.

O Imazon concluiu que juízes em primeira instância ainda rejeitam provas obtidas por meio remoto – imagens de satélite ou de informações de bancos de dados públicos – e que há definição variada de valores de indenização em sentenças.

Protocolos

Para ambos os problemas, o estudo recomenda que o CNJ intensifique a disseminação de seus protocolos, que já preveem o uso de tais provas e uma metodologia para quantificação de danos climáticos decorrentes do desmatamento e de incêndios florestais, além de realizar treinamentos nas comarcas.

Segundo o Imazon, as sentenças precisam melhorar a forma de determinação da restauração das áreas desmatadas e da fiscalização dessa obrigação. Para a fiscalização da recuperação, a sugestão da pesquisa é que o CNJ organize e disponibilize os dados georreferenciados das áreas, para permitir seu monitoramento por sensoriamento remoto por diferentes organizações.

"No caso das ações com réu incerto, a orientação da pesquisa é que o MPF, em vez de ingressar com vários processos, agrupe diversas áreas desmatadas em um só pedido para que os órgãos fundiários e ambientais promovam o embargo delas", acrescentou o Imazon.

O Nordeste teve maior proporção de solicitações negadas, 2,76% dos mais de 8,4 mil pedidos

Entre todas as unidades da Federação, o Distrito Federal e o Amapá foram os únicos que não tiveram alertas

Diário

#ONU
#EUA
#Israel

MUNDO ESPECIAL

Saiba como atua o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, órgão está sendo rejeitado pelos Estados Unidos e por Israel

#NaçõesUnidas mundo@svm.com.br

Futuro da ONU

Rejeitado pelos Estados Unidos e por Israel, que recentemente anunciaram sua saída do órgão, o Conselho de Direitos Humanos (UNHRC) da Organização das Nações Unidas (ONU) completa este ano 19 anos de existência. O foro foi criado em 2006, para substituir a antiga Comissão de Direitos Humanos, que segundo o próprio secretário-geral da ONU na época, Kofi Annan, considerava enfraquecida.

"Ele deixou de ser uma mera comissão, como havia dezenas dentro da ONU, e passou a ser um conselho, equiparado aos outros dois grandes conselhos da ONU, o Conselho de Segurança e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Então, a própria criação do Conselho de Direitos Humanos já apontava para esse lugar de maior prestígio, de maior destaque do tema dos direitos humanos dentro da organização", explica o cientista político Mauricio Santoro, professor do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha.

Comandado por um Alto Comissário, escolhido pelo secretário-geral das Nações Unidas, o conselho é composto por 47 países, eleitos pelos 193 membros da ONU, para mandatos de 3 anos. A cada ano, eleições renovam um terço de sua composição. O Brasil, por exemplo, foi eleito em 2023 para ficar no órgão até 2026.

Além do comissário e dos representantes dos países, o órgão conta ainda com um comitê consultivo, grupos de trabalho e especialistas designados para missões específicas.

A função do conselho é reforçar a promoção e proteção dos direitos humanos ao redor do mundo, abordar situações de violações e fazer recomendações sobre elas. Entre seus instrumentos estão as resoluções e decisões, que funcionam como a expressão da vontade da comunidade internacional sobre determinadas situações. Em 19 anos, foram publicadas mais de 1.400 resoluções sobre situações em diversos países.

"A adoção de uma resolução envia um sinal político forte que pode incitar governos a agir de forma a remediar essas situações", informa o site do próprio órgão.

Segundo Santoro, as resoluções têm um impacto que extrapola o sinal político ou um simples "constrangimento" para alguns países, como aqueles que lidam com tratados internacionais de direitos humanos como instrumentos legais superiores às suas próprias legislações, como é o caso do Brasil, Chile e Argentina.

"Quando você tem uma decisão da ONU, uma resolução, ou algum tipo de debate no Conselho de Direitos Humanos, com muita frequência, eles envolvem também esses compromissos jurídicos que os países assumiram,

Reunião do Conselho de Direitos Humanos (UNHRC) da ONU



FOTO: ONU/ELMA OKIC

nos tratados", destaca.

Além das resoluções, há também as comissões de investigação e de apuração de fatos, que podem ajudar em processos penais internacionais, além da Revisão Periódica Universal (UPR), que avalia periodicamente a situação de direitos humanos de todos os países-membros da ONU. Todos eles já foram avaliados pelo menos três vezes desde 2006 e, neste momento, o conselho faz sua quarta rodada da UPR.

"Ela é universal. Todos os países são examinados. Não é uma coisa que acontece só com alguns violadores. Uma vez a cada quatro ou cinco anos, esses países passam ali por uma rodada de avaliação e o Conselho dos Direitos Humanos publica um relatório com as suas análises e com as suas sugestões do que cada país pode fazer para melhorar suas condições", explica Santoro.

EUA

Em 3 de fevereiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou uma Ordem Executiva que determinava que seu país "não participará" e "nem buscará eleição" para o Conselho de Direitos Humanos, do qual foi um dos 47 membros de 2022 a 2024. Além disso, os EUA não financiarão mais o conselho.

No documento, Trump justificou sua saída afirmando que o conselho "tem protegido violadores de direitos humanos ao permitir que eles usem a organização para se blindar de seu escrutínio".

Não é a primeira vez que o presidente estadunidense oficializa a saída da organização. Em 2018, em seu primeiro governo, Trump decidiu sair do conselho enquanto seu país tinha mandato, o qual se encerraria apenas no ano seguinte.

"O presidente Trump tem uma perspectiva da inserção dos Estados Unidos no sistema internacional que é muito peculiar. Ele considera que os Estados Unidos são o país mais importante de todos e que não podem ser prejudicados em momento algum, por razão alguma, né? E todos aqueles organismos e acordos que ele considera de alguma forma lesivos aos interesses dos Estados Unidos, ele rejeita", avalia o professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) Williams Gonçalves.

Na Ordem Executiva assinada no dia 3 de fevereiro, Trump cita que os Estados Unidos ajudaram a fundar a ONU depois da Segunda Guerra Mundial, para prevenir conflitos globais e promover a paz, mas que "algumas agências e organismos se distanciaram dessa missão e, em vez disso, agem contra os interesses dos Estados Unidos, enquanto ataca seus aliados e propaga o antissemitismo".

A saída dos EUA do conselho ocorreu na mesma semana em que Trump sugeriu que os palestinos saíssem de Gaza e fossem realocados em outros países. Os habitantes do território palestino sofreram nos últimos 15 meses, com ataques israelenses.



"A principal questão é a questão dos palestinos. A principal denúncia que o conselho faz é o tratamento que o Estado de Israel dispensa aos palestinos. Um tratamento que chegou ao paroxismo após a investida do Hamas contra alguns membros da sociedade de Israel. Trump considera que a crítica a Israel é, de alguma forma, uma crítica aos Estados Unidos. E, de certa forma, ele tem razão, uma vez que os Estados Unidos apoiaram integralmente do início ao fim, toda a ação genocida de Israel na faixa de Gaza", explica Gonçalves.

Israel, aliás, anunciou que seguiria o exemplo dos Estados Unidos em relação ao conselho. "Israel considera bem-vinda a decisão de Trump de não participar do Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC). Israel se junta aos Estados Unidos e não participará do UNHRC", escreveu o chanceler israelense, Gideon Sa'ar, em suas redes sociais, complementando que o órgão "demoniza obsessivamente" seu país.

Em entrevista para a agência de notícias Reuters, a relatora especial da UNHRC para Israel e os Territórios Ocupados Palestinos, Francesca Albanese, classificou de "arrogância" a decisão dos israelenses de deixar o conselho.

A organização internacional Anistia Internacional condenou a saída dos EUA do conselho em um momento em que "palestinos em Gaza enfrentam genocídio, deslocamento forçada e negação a apoio humanitário crítico". Em momentos como esse, segundo a entidade, a "comunidade internacional deve reforçar urgentemente, e não abandonar, mecanismos de responsabilização e justiça".

Consequências

Segundo Mauricio Santoro, mesmo deixando de participar do conselho, os EUA continuam sujeitos ao seu escrutínio. "É um esvaziamento político não ter mais os Estados Unidos, que são a maior economia e que têm o maior peso militar".

Há ainda a questão do corte do financiamento, que pode atrapalhar os trabalhos do conselho. "A ONU trabalha muitas vezes com orçamentos muito apertados e muito erráticos. Com muita frequência, os dirigentes de cada uma das grandes instituições da ONU, passam um ano ali de chapéu na mão, indo aos grandes doadores, pedindo ajuda, pedindo um financiamento extra para poder lidar com uma situação de crise", explica Santoro.

Para além dos impactos diretos na representatividade e financiamento do conselho, a saída dos Estados Unidos pode ter efeitos em outros países que têm alinhamento ideológico com Trump.

"O Trump está criando uma espécie de franquia política. Têm presidentes em outras partes do planeta que se apresentam, por exemplo, como Trump latino-americano, Trump africano. Ele criou um modelo político que está encontrando muitos seguidores. Por exemplo, a gente tem visto que a Argentina tem replicado muitas dessas ações do presidente americano. Ele saiu, por exemplo, da Organização Mundial da Saúde. Será que vai sair [do Conselho de Direitos Humanos] também?", questiona Santoro.

Além do UNHRC, os Estados Unidos também anunciaram sua saída da Organização Mundial da Saúde (OMS), o fim do financiamento à agência das Organização das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA) e a reavaliação de sua participação na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Mauricio Santoro destaca que os EUA lideraram a criação das Nações Unidas e é curioso ver, neste momento, o "criador voltando-se contra a criatura". "Isso é muito inusitado. E vamos dizer, a gente tem uma série de preocupações, porque qual é a alternativa para as organizações internacionais. Elas exercem funções muito importantes, criam um ambiente global que é mais previsível, que é mais estável, onde há mecanismos melhores de transparência, de compartilhar informações", ressalta.

O professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, da Universidade de Brasília (UnB), considera lastimável que o atual governo estadunidense renegue os valores promovidos por seu país logo após a Segunda Guerra Mundial.

"Eles vão sair perdendo mais do que quaisquer outros países em relação a isso. No longo prazo, isso é a aceleração de sua decadência. Não tenho dúvida de que é um erro do ponto de vista do interesse deles. Os Estados Unidos se fundaram com base nessa convicção compartilhada, nesse valor de que os seres humanos devem ser objeto de proteção pelos Estados. Toda a estrutura política dos Estados Unidos está montada para impedir que os governantes oprimam os cidadãos, para proteger as liberdades individuais".

A função do conselho é reforçar a promoção e proteção dos direitos humanos ao redor do mundo

Além do comissário e dos representantes dos países, o órgão conta ainda com um comitê consultivo

SINTONIZE
92.5
RÁDIO FM
VERDINHA

JOGADA

Diário
#Ceará
#Fortaleza
#Estadual


FOTO: THIAGO GADELHA

O Ceará venceu o primeiro Clássico-Rei de 2025
Alvinegro bateu por 2x1 o Leão e terminou a primeira fase do Campeonato Cearense como líder geral da competição

Fortaleza e Ceará fizeram jogo bastante movimentado na Arena Castelão

#ClássicoRei

Vladimir Marques vladimir.marques@svm.com.br

Vozão vitorioso

Deu Ceará no 1º Clássico-Rei de 2025. O Vovô venceu o Fortaleza por 2 a 1 na tarde desse sábado (8), no Castelão, pela 5ª rodada da 1ª Fase do Campeonato Cearense. Os gols da vitória do Vozão foram marcados por Lucas Mugni, aos 16, e Pedro Henrique, aos 25 do 1º tempo, e Lucero, de pênalti, diminuiu para o Leão aos 27 do segundo tempo.

Com o resultado, o Vozão manteve os 100% no Campeonato Cearense, com cinco vitórias em cinco jogos. O Vovô terminou na liderança do Grupo A com 15 pontos, melhor pontuação na classificação geral. O Fortaleza se manteve com 12 pontos na liderança do Grupo B.

Ambos estão nas semifinais do Campeonato Cearense e voltam suas atenções para a Copa do Nordeste.

O jogo começou bastante pegado, com o Fortaleza tomando as iniciativas. Mas foi o Vozão quem inaugurou o placar.

Aos 16 minutos, Lucas Mugni surpreende toda a defesa do Leão e marca um golaço! Em cobrança de falta venenosa, o camisa 10 do Vozão manda para as redes!! A bola encobriu o goleiro João Ricardo!

Dez minutos depois, Lucas Mugni inicia a jogada do segundo gol. Ele ganha jogada de Pol Fernandez, cruza, João Ricardo solta e Pedro Henrique surge entre a zaga do Tricolor e aproveita para marcar o segundo do Vozão. O Ceará podia ter terminado a primeira etapa com uma vantagem bem maior, se não fora as chances desperdiçadas pelo atacante Fernandinho.

Aos 46, Fernandinho recebe passe de Matheus Bahia, passa por Brítez e Mancuso, bate e o goleiro João Ricardo defende e salva o Leão.

Antes disso, porém, o time de Vojvoda tem a sua única chance no primeiro tempo. Aos, 41, após cobrança de escanteio de Pochettino, Bruno Pacheco cabeceia e a bola passa raspando a trave.

Na segunda etapa, o Fortaleza vem para cima. Mas é o Vovô que, num contra-ataque desperdiça outra grande chance de marcar.

Aos 15, Matheus Bahia fez belo cruzamento para Aylon, que furou na pequena área.

Aos 26, a pressão leonina surte efeito. Marinho faz jogada individual, mas após trombada com Lourenço, o árbitro marca pênalti, no lance mais polêmico do confronto. Um minuto depois, Lucero bateu deslocando o goleiro e diminuiu. O Fortaleza, entretando, não não forças para buscar o empate.

Prisões

O lado triste do jogo foi do lado de fora do Castelão. Um total de 115 torcedores de Fortaleza e Ceará foram presos antes do jogo. Os grupos se encontraram na Avenida Osório de Paiva, a caminho do estádio, e entraram em confronto.

Os gols da vitória do Vozão foram marcados por Lucas Mugni e Pedro Henrique; Lucero, de pênalti, diminuiu para o Leão

Eufrázio



Na Terra do Sol, a **PAIXÃO** pelos esportes não tem fim! E você vive toda essa emoção no Globo Esporte CE com **Marcos Montenegro**

Análises exclusivas, o melhor do futebol cearense, eventos esportivos de tirar o fôlego e muito mais.



SEG A SÁB
ÀS 13H

